

Revisão para incentivos e terras públicas

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

Duas emendas aprovadas ontem pelo plenário da Constituinte deverão afetar profundamente as atividades de empresas de diferentes setores, em quase todos os estados, e também de muitos proprietários de terrenos que pertenceram ao patrimônio público nos últimos 25 anos.

Em uma das emendas do capítulo sobre as "Disposições Transitórias" determinou-se, ontem, que a União, os estados e os municípios devem fazer uma ampla reavaliação dos seus sistemas de incentivos fiscais, inclusive aqueles concedidos por convênios entre estados com base no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

Apenas o governo federal opera com 147 diferentes tipos de incentivo à iniciativa privada. Os estados e municípios, durante a década de 70, criaram inúmeros mecanismos de subsídios a empresas, na tentativa de atrair indústrias para suas regiões mais povoadas.

A emenda, aprovada por 319 votos contra apenas 6, com 3 abstenções, estabelece que os incentivos fiscais setoriais que não forem confirmados em lei no prazo de dois anos, após a pro-

mulgação da nova Carta, serão considerados revogados. A revogação, quando ocorrer, não prejudicará o direito adquirido em relação aos incentivos concedidos sob condicionalidade e por tempo limitado.

Em outra emenda, a Constituinte determinou uma ampla revisão, pelo Congresso, de todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a 3 mil hectares, realizadas nos últimos 25 anos, de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro do ano passado.

Também se fixou a obrigatoriedade de edição de uma lei agrícola no prazo de um ano após a promulgação da Carta e institucionalizou a cobrança de contribuições assistenciais pelas entidades sindicais.

(Ver páginas 5 e 6)

Nove governadores do PMDB "reuniram-se ontem em Brasília para analisar a situação do partido diante das dissidências que estão ocorrendo. Nesse grupo estão Pedro Simon (RS), Miguel Arraes (PE) e Moreira Franco (RJ) e mais seis governadores, que acham que o partido deve modernizar seu discurso, partindo para os temas econômicos e sociais.

(Ver página 6)